FLAVIA DA SILVA MEIRELLES DE SOUZA FREITAS

**Recurso Extraordinário: ofensa reflexa e princípios constitucionais do
processo**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

FLAVIA DA SILVA MEIRELLES DE SOUZA FREITAS

**Recurso Extraordinário: ofensa reflexa e princípios constitucionais do
processo**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2017

FREITAS, Flavia da Silva Meirelles

Recurso Extraordinário: ofensa reflexa e princípios constitucionais do processo

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo de Barros Leonel

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pelas oportunidades que me foram concedidas nesta vida, e também pelos inúmeros desafios que encontrei durante minha jornada. Sem eles, a batalha teria sido menos árdua, no entanto talvez a vitória fosse também menos gratificante.

Meu mais carinhoso e sincero agradecimento à minha mãe, Waldelice, colega nesta prestigiada Academia, que tanto lutou para que a minha vida fosse mais doce, mais repleta de amor, sorrisos e principalmente de sonhos. Obrigada por me mostrar que eles podem, sim, se realizar, por confiar tanto na minha capacidade e por sempre me encorajar a seguir em frente, mesmo quando a força parece faltar.

Agradeço imensamente ao Bruno, companheiro em toda e qualquer situação, pelo apoio amoroso e incondicional. Obrigada por preencher com suas certezas todas as minhas mais inquietantes dúvidas.

Meu sincero agradecimento ao caro Professor Ricardo de Barros Leonel, por acreditar no meu potencial e nesta pesquisa, concedendo-me a oportunidade de aprender com sua experiência e orientando-me nos caminhos por vezes tortuosos da Pós-Graduação – e também da vida.

Agradeço aos Professores Fabio Guidi Tabosa Pessoa e José Carlos Batista Puoli, pelas valiosas ponderações durante o exame de qualificação. Aos Professores e monitores titulares das matérias cursadas durante o programa, meu agradecimento e sincera admiração, pelo amor e dedicação à Academia, e por partilhar suas valorosas experiências e lições.

Um especial agradecimento ao Professor Fábio Hirsch, que tão generosamente cedeu parte de seu tempo para discutir aspectos deste trabalho.

Agradeço ainda aos meus amigos, os de ontem, os de hoje e os de sempre, pela paciência, por perdoarem minhas ausências e pelo incansável incentivo, abraçando este projeto como se seu fosse.

Finalmente, mas não menos importante, meu agradecimento *in memoriam* a meu avô, Custodio Teófilo da Silva, por dividir comigo a paixão pelo Processo Civil, e por me mostrar sempre que a vida pode ser mais leve e divertida. Esta conquista também é sua.

“Mas, principalmente, o drama do juiz é aquele hábito, que, insidioso como uma doença, o consome e o desencoraja até o ponto de lhe fazer sentir sem revolta que o decidir da honra e da vida dos homens passou a ser, para ele, uma prática de administração ordinária.”

(Piero Calamandrei)

RESUMO

FREITAS, Flavia da Silva Meirelles. *Recurso Extraordinário: ofensa reflexa e princípios constitucionais do processo*. 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente pesquisa tem por enfoque a ofensa reflexa, termo jurisprudencial desenvolvido no seio do Supremo Tribunal Federal como forma de restringir o fluxo de recursos extraordinários, e suas consequências para a proteção dos princípios constitucionais do processo. O recurso extraordinário foi o instrumento de controle de constitucionalidade pioneiramente introduzido em nosso ordenamento, com o objetivo levar à apreciação da mais alta Corte do País atos inconstitucionais alegadamente praticados em casos concretos. Seu papel foi se alterando ao longo do tempo, especialmente diante da crise institucional do Supremo Tribunal Federal. A crise possui causas estruturais, incluindo a cumulação de diversas funções constitucionalmente atribuídas à Corte Suprema e a própria natureza analítica e detalhada de nossa Constituição. Para superar a crise, o Supremo Tribunal Federal passou a criar obstáculos ilegítimos ao recebimento dos recursos extraordinários, que preponderam nas estatísticas, a fim de estancar o fluxo numérico. Dentre eles, ganha destaque a ofensa reflexa, que impede a apreciação de alegações de inconstitucionalidade quando o debate pressuponha a interpretação de texto infraconstitucional. Esta corrente jurisprudencial impacta fortemente na proteção dos princípios-garantia constitucionais do processo, porque além de previstos constitucionalmente, são detalhados pela legislação infraconstitucional, o que motiva a inadmissibilidade de inúmeros recursos extraordinários lastreados nestes princípios. A solução não encontra amparo no ordenamento porque, além de serem alçadas à condição de direitos fundamentais pela Constituição Federal, as garantias processuais possuem um núcleo mínimo, cujo conteúdo deve ser fixado pelo Supremo Tribunal Federal, a fim de evitar decisões teratológicas.

Palavras-chave: Direito. Direito Processual Civil. Recurso Extraordinário. Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência Defensiva. Princípios Constitucionais do Processo.

ABSTRACT

FREITAS, Flavia da Silva Meirelles de Souza. *Extraordinary appeal: reflex offense and constitutional principles of process*. 2017. 229 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This research focus on the “reflex offense”, jurisprudential expression developed by the Brazilian Supreme Court (“Supremo Tribunal Federal”) as a way to restrict the flow of extraordinary appeals (“recursos extraordinários”), and its consequences to the protection of the constitutional principles of process. The extraordinary appeal was the first legal instrument of constitutional control of the Brazilian legal system, created with the objective of submitting to the highest Court of the country unconstitutional acts allegedly practiced in concrete cases. Its role, however, was altered over time, especially because of the institution “general repercussion” (repercussão geral), and regarding the institutional crisis by which the Supreme Court is passing through since its creation, accentuated in the first half of the 20th century. This crisis has essentially structural causes, including the accumulation of diverse functions constitutionally attributed to the Supreme Court and the analytic and detailed nature of the Brazilian Constitution. Aiming the overcome of the crisis, many legislative and jurisprudential solutions were created, with no success. The Supreme Court, so, started to create illegitimate obstacles to contain the flow of extraordinary appeals, which have a prominent position in the Tribunal statistics. Among them, outstands the “reflex offense”, which prevents the analysis of alleged unconstitutional acts, when the debate presupposes the interpretation of legal rules. This piece of jurisprudence produces great impact in process guarantees’ protection, as they are not only constitutionally established, but also detailed in legal level. This jurisprudential solution does not have legal fundament because, besides the fact that those guarantees are constitutionally classified as fundamental rights, they have a minimum content, that should be defined by the Supreme Court, in order to prevent teratological decisions.

Keywords: Law. Civil Procedure Law. Extraordinary Appeal. Brazilian Supreme Court. Defensive Jurisprudence. Constitutional Principles of Process.

- SUMÁRIO -

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	14
1. Considerações iniciais	14
1.1.1 Constituição e sistemas de controle de constitucionalidade	14
1.1.2 O sistema brasileiro: evolução histórica e peculiaridades	22
CAPÍTULO II – O RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	29
2. O recurso extraordinário	29
2.1 Noções gerais sobre recursos	29
2.1.1. Recursos ordinários e extraordinários: adequação e utilidade da classificação.....	30
2.1.1.1 Características dos recursos de via excepcional.....	33
2.1.1.1.1 Hipóteses de cabimento taxativamente previstas na Constituição.....	33
2.1.1.1.2 Não se prestam ao reexame de fatos ou provas.....	34
2.1.1.1.3 Não se prestam à correção de injustiças na decisão.....	37
2.2 O juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e suas peculiaridades em relação aos recursos comuns.....	37
2.2.1 Requisitos extrínsecos.....	41
2.2.1.1 Tempestividade.....	41
2.2.1.2 Regularidade formal.....	41
2.2.1.3 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	42
2.2.1.4 Preparo recursal	45
2.2.2 Requisitos intrínsecos	46
2.2.2.1 Cabimento	46
2.2.2.1.1 Decisão que contraria dispositivo da Constituição Federal	50
2.2.2.1.2 Declaração da inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	53
2.2.2.1.3 Decreto de validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal	55
2.2.2.1.4 Decreto de validade de lei local contestada em face de lei federal	55

2.2.2.2 Legitimidade	56
2.2.2.3 Interesse recursal	58
2.2.3 Prequestionamento: requisito de admissibilidade?	59
2.2.4 Requisito específico: a repercussão geral	68
2.3 Efeitos do recurso extraordinário	81
2.3.1 Devolutivo	81
2.3.2 Suspensivo	84
2.3.3 Translativo	85
2.3.4 Expansivo.....	86
2.4 As modificações no perfil do recurso e a “objetivação” do controle difuso de constitucionalidade.....	87
2.5 As funções do recurso extraordinário.....	94
2.5.1 Função nomofilática.....	95
2.5.2 Função uniformizadora.....	96
2.5.3 Função paradigmática.....	97
2.5.4 Função <i>dikelógica</i>	100

CAPÍTULO III – PERFIL CONSTITUCIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUA CRISE INSTITUCIONAL

3. O Supremo Tribunal Federal e sua crise institucional	102
3.1 Pressupostos teóricos: as Cortes e seus perfis	102
3.1.1 Cortes Supremas e Cortes Constitucionais	104
3.1.2 Cortes de Cassação e Tribunais de Revisão	108
3.2 Panorama das atribuições assinaladas ao supremo pela Constituição de 1988 e conclusão parcial: é o Supremo uma corte estritamente constitucional?	112
3.3. A crise do Supremo	121
3.3.1 As causas da crise	124
3.3.2 As tentativas de solução da crise	132

CAPÍTULO IV – A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA DA OFENSA REFLEXA ..

4. Jurisprudência defensiva e ofensa reflexa.....	139
4.1. Conceito de jurisprudência defensiva	139

4.1.1. Jurisprudência defensiva e recurso extraordinário: óbices jurisprudenciais impeditivos da admissibilidade do apelo extremo	146
4.1.1.1 Tempestividade	146
4.1.1.2 Regularidade formal	151
4.1.1.3 Preparo recursal	153
4.1.2 As soluções e arranjos do Código de Processo Civil de 2015 para contornar a jurisprudência defensiva.....	155
4.2 A “ofensa reflexa” como óbice jurisprudencial	160
4.2.1 Hermenêutica e surgimento do conceito	161
4.2.2 A solução específica introduzida pelo Novo Código de Processo Civil: a fungibilidade entre os recursos especial e extraordinário.....	168

CAPÍTULO V – CONSEQUÊNCIAS DA JURISPRUDÊNCIA DA OFENSA REFLEXA PARA A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS PROCESSUAIS

173

5. O instituto da “ofensa reflexa” e suas consequências para o resguardo dos princípios constitucionais processuais	173
5.1. A “constitucionalização” do processo e as garantias como direitos fundamentais	174
5.1.1 Ascensão dos Direitos Humanos e o movimento de “constitucionalização”	175
5.1.2 Princípios, regras e garantias como normas veiculadoras de direitos fundamentais: distinção e eficácia	177
5.1.3 Princípios-garantia processuais: positivação e eficácia no direito brasileiro	182
5.2 A “ofensa reflexa” e os princípios processuais: jurisprudência e esvaziamento de funções do Supremo	190
5.3 Propostas para solução	205
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212

INTRODUÇÃO

A presente dissertação enfoca a análise aprofundada do óbice jurisprudencial consistente na necessidade de comprovação, pelo recorrente, da ocorrência de “ofensa direta” ao texto constitucional para recebimento de recurso extraordinário pela alínea “a” do inciso III do artigo 102, da Constituição Federal, e as consequências resultantes para o resguardo das garantias fundamentais do processo.

Trata-se de mais um mecanismo de jurisprudência defensiva promovido pelo Supremo Tribunal Federal, com o intuito de desafogar a demanda processual e refrear a chamada “crise institucional do Supremo”, deflagrada há muito, dentre outros fatores, pela própria modulação conferida à competência recursal e originária do Pretório Excelso.

Como se observará do estudo, tal escolha jurisprudencial, apesar de funcionar como eficiente meio de contenção do considerável volume de recursos recebido diariamente pelo Supremo, acaba por trazer consequências nefastas ao sistema como um todo, ao interferir na garantia e proteção de princípios basilares da Carta.

Ao estabelecer critérios limitativos ilegítimos ao recebimento de recursos, o Supremo nega cumprimento à função primordial que lhe foi assinalada, de guardião máximo da Constituição, preterindo seu eminente papel na implementação das normas principiológicas por meio do controle de constitucionalidade difuso exercido pela via extraordinária. Buscaremos, em suma, demonstrar a incompatibilidade entre tal orientação jurisprudencial e o espírito da Constituição.

Na etapa inicial, faremos um capítulo introdutório contendo panorama geral sobre as modalidades de controle constitucional de normas e atos, enunciando suas origens e principais características. A seguir, analisaremos a modulação escolhida para o sistema brasileiro e as modificações implementadas ao longo de nossas Constituições. Enfocaremos, neste momento, o controle incidental e concreto de constitucionalidade, espécie da qual o recurso extraordinário é o maior expoente no direito brasileiro.

A seguir, trataremos de noções essenciais sobre o recurso extraordinário, alvo de nossas reflexões, apresentando suas feições básicas, hipóteses de cabimento, requisitos de admissibilidade e efeitos. No mesmo capítulo, serão abordadas as funções endereçadas

constitucionalmente ao recurso extraordinário e seu papel no sistema de controle de constitucionalidade, versando sobre suas origens históricas e as modificações implementadas ao longo do tempo, imprescindíveis para a compreensão mais detalhada do seu atual perfil e da tendência à objetivação de suas hipóteses de cabimento. O capítulo é necessário para que se compreenda a maneira pela qual a modulação jurídica conferida ao recurso extraordinário deu azo à sua disseminação desmedida, em grande parte atribuível às constantes alterações no perfil do recurso e à importação, pura e simples, do modelo estadunidense do *writ of error*, sem a devida ponderação sobre as características do ordenamento pátrio.

O capítulo seguinte terá por objeto o Supremo Tribunal Federal, focando a crise institucional que pavimentou paulatinamente a jurisprudência defensiva. Preambularmente, faremos esclarecimentos sobre os modelos clássicos de corte, diferenciando cortes supremas de constitucionais e cortes de cassação de tribunais de revisão, pressupostos para que se investigue a natureza jurídica de nossa Suprema Corte. Explanaremos, com fundamento nesta base teórica, as consequências das opções feitas pelo constituinte de 1988 na atribuição de funções ao Pretório Excelso, que inegavelmente contribuíram para a sua sobrecarga de trabalho. No mesmo capítulo, adentraremos o tema da crise institucional do Supremo propriamente dita, suas causas e as tentativas de solução adotadas ao longo da história, que perpassaram pela criação de óbices regimentais e legais à admissão do recurso extraordinário, que representa grande parcela da demanda do Tribunal.

O capítulo seguinte é centralizado no tema da “jurisprudência defensiva”, expressão pela qual a doutrina vem designando técnicas jurisprudenciais ilegítimas, calcadas em desvios na interpretação das hipóteses de cabimento de recursos, visando à diminuição do volume de recursos. Este fenômeno, como veremos, traz sérias decorrências, como a massificação e simplificação da resposta do Judiciário ao clamor dos litigantes, levando ao desprestígio das instituições judiciárias, e violando o direito à prestação jurisdicional eficaz e de qualidade. O fenômeno será analisado detidamente, incluindo o exame de suas principais manifestações no que diz respeito ao processo de admissão do recurso extraordinário, e os mecanismos inaugurados pelo Código de Processo Civil para evitá-lo.

No mesmo capítulo, trataremos do objeto central de estudo desta dissertação, espécie do gênero jurisprudência defensiva. Trata-se da necessidade de demonstração, por parte do

recorrente, da existência de violação direta ao texto constitucional para a viabilização do recurso extraordinário pela alínea “a” do inciso III do artigo 102 da Constituição. Ou seja, para que haja o recebimento do recurso, a averiguação da ofensa alegada não deve perpassar pela análise de lei ordinária (ou “lei de permeio”, nas palavras do Supremo Tribunal), devendo ser objetivamente perceptível.

Finalmente, trataremos dos princípios constitucionais do processo, alçados pela Carta à categoria de direitos fundamentais e que se constituem como verdadeiras garantias, voltadas ao resguardo de direitos básicos do cidadão no campo processual, integrando seu patrimônio jurídico. Veremos que tutelam a efetivação de valores caros à sociedade, concretizados por via da prestação jurisdicional, assegurando a regularidade de todo o procedimento e, ao final, a realização da pretensão material deduzida, sendo inclusive materializados em lei infraconstitucional (notadamente, no Código de Processo Civil).

Contudo, inobstante a importância de tais princípios-garantia para o sistema como um todo, e a existência de fundamento jurídico e científico para o reconhecimento de sua plena eficácia, o capítulo abordará a maneira pela qual a jurisprudência defensiva da “ofensa reflexa” resulta na total vulneração destes imperativos de valor, que se encontram desassistidos de meios para sua real consolidação.

De modo geral, pois, a pesquisa buscará demonstrar o latente – porém corriqueiro - conflito entre a imposição de óbice jurisprudencial consistente na necessidade de ofensa incisiva ao texto constitucional para o recebimento do recurso extraordinário e a consolidação dos princípios constitucionais de cunho processual, que muitas vezes exigem, por suas características peculiares, o adentramento do caso concreto e exame das leis ordinárias pertinentes.

CONCLUSÃO

As reflexões desta dissertação procuraram expor a gravidade da problemática da jurisprudência defensiva da ofensa reflexa, aplicada pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar recursos extraordinários em que se alegue infringência às garantias processuais constitucionais.

Verificou-se que o recurso extraordinário representa em nosso ordenamento instrumento realizador do controle de constitucionalidade concreto por excelência, desde a primeira configuração do modelo de controle entre nós. Mais do que apenas um recurso, é genuína manifestação da democracia, permitindo que qualquer um do povo participe ativamente do controle da compatibilidade dos atos e normas em relação ao texto fundamental.

Contudo, a importação do sistema estadunidense, incompatível com a tradição civilística que criou raízes no Brasil e o processo de formação de nosso Federalismo acabaram por possibilitar que praticamente qualquer questão chegasse à mais alta Corte de nosso país, por meio do apelo extremo, o que contribuiu para a crise institucional do Supremo.

A sobrecarga crônica de trabalho vivenciada pelo Pretório Excelso, todavia, não pode ser atribuída unicamente ao recurso extraordinário. De fato, a crise se intensificou com o passar do tempo, em razão da ampliação do rol de direitos e de instrumentos para garanti-los trazida pela onda de redemocratização do país, e também em virtude do crescimento vertiginoso da população e da economia. Estes fatores inegavelmente acarretaram o crescimento no número de demandas judiciais que, em virtude da conformação de nosso modelo de controle de constitucionalidade, convergiram para as Cortes de vértice.

No entanto, as atribuições assinaladas ao Pretório Excelso, que acumula as funções de Corte Constitucional – acentuada com a sofisticação do controle concentrado pela Constituição de 1988 -, de tribunal comum, no exercício de suas competências originárias, e de Suprema Corte, posicionada dentro da hierarquia judiciária e responsável pelo controle de constitucionalidade das decisões proferidas pelas instâncias inferiores, são elementos relevantes para que compreendamos o esgotamento da Corte. Sua estrutura é, à evidência, insuficiente para absorver este sem-número de atribuições diferentes, impactando nas estatísticas anualmente publicadas.

Com o intuito de amenizar esta situação crítica, foram criadas as mais diversas medidas, no campo legislativo, jurisprudencial e regimental, que não lograram êxito. Tal resultado não é surpreendente, na medida em que a crise é essencialmente estrutural: o Supremo possui múltiplas facetas, determinadas pela Constituição, que não podem ser simplesmente suprimidas por soluções paliativas. Caberia ao constituinte definir qual a verdadeira essência do Supremo, e fixar atribuições compatíveis com suas capacidades.

Neste cenário, ganha espaço a chamada “jurisprudência defensiva”, consistente em óbices jurisprudenciais ilegítimos advindos de interpretações excessivamente rigorosas e formalistas dos requisitos recursais, visando limar o *iter* processual em seu início. A jurisprudência defensiva, com efeito, além de frustrar o recorrente e tornar o processo de admissão recursal pouco transparente – para não dizer ilegal -, vai na contramão das tendências processuais mais modernas, que propõem uma releitura do formalismo processual, de modo a privilegiar a análise do mérito recursal, concretizando o objetivo ao qual o processo essencialmente se destina: resolução de controvérsias e pacificação de litígios.

O recurso extraordinário é um dos mais afetados por esta posição defensiva adotada pelos Tribunais. Pesquisas jurisprudenciais apontam amplo espectro de julgados nos quais o Supremo Tribunal busca, de todas as formas possíveis, declarar a inadmissão recursal, de forma a evitar seu exame, tornando a interposição do recurso uma verdadeira corrida de obstáculos. As regras previamente fixadas para o jogo processual parecem de nada valer perante os esforços do Tribunal em aventar novos requisitos, não previstos legal e constitucionalmente, sendo comuns as decisões-surpresa.

Neste ponto, o Código de Processo Civil de 2015 apresenta notáveis avanços: a leitura de seus preceitos revela cuidadosa pesquisa sobre os principais óbices adotados pelas Cortes, com a adoção de soluções que visam extirpar definitivamente a jurisprudência defensiva, em consonância com o espírito da efetividade sob o qual foi criado.

Dentre as inúmeras manifestações sob as quais a jurisprudência defensiva se apresenta, destaca-se a tese da “ofensa reflexa” ou “oblíqua”, objeto destas reflexões. Segundo o Supremo Tribunal Federal, para que o recurso extraordinário seja admitido pela alínea “a” do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, a alegada infringência ao Texto

Fundamental deve ser direta e frontal, ou seja, o exame da afirmada inconstitucionalidade não deve perpassar pela análise de norma dita “de permeio”.

Além de faltar fundamento legal ao posicionamento sustentado pelo Supremo, como vimos, a jurisprudência da “ofensa reflexa” atinge de maneira profunda os princípios-garantia processuais previstos na Constituição.

Derivadas do superprincípio do devido processo legal, estas garantias constituem direito fundamental do jurisdicionado, conformando o processo à ordem democrática e assegurando às partes a definição das regras do jogo processual, que regem o acesso à jurisdição.

Dada sua importância para o sistema, estas garantias são afiançadas pelo viés legal, espalhando suas balizas orientativas por diversos institutos processuais, e também constitucional, ao serem elevadas à categoria de direitos fundamentais e protegidas como cláusulas pétreas pelo Texto Fundamental. E justamente devido a esta dupla proteção, o Supremo tem afirmado que o exame de sua infringência pelo apelo extremo é descabida, pois a violação em questão dirige-se à lei regulamentadora do instituto processual, sendo a infringência à Constituição somente oblíqua.

A doutrina pós-positivista propugna pela densidade dos direitos fundamentais, inclusive aqueles veiculados por normas principiológicas, que possuem aplicação imediata e conteúdo próprio, fixado em um núcleo duro de significação, independente da legislação infraconstitucional. Neste sentido, também estipula o art. 5º, §1º, de nossa Constituição, que declara de forma assente a imediata aplicação destes direitos.

Dentre eles figuram as garantias processuais, que, portanto, possuem significado constitucional, e como tal devem ser protegidas pelo guardião da Lei Fundamental. Entretanto, pesquisas jurisprudenciais têm apontado que a maciça maioria das alegações de desrespeito a estas garantias são iterativamente ignoradas pelo Supremo.

De forma ainda mais preocupante, as pesquisas revelam uma flutuação jurisprudencial, havendo exemplos de julgados contemporâneos reconhecendo a necessidade de resguardo destes preceitos pelo Supremo. Circunstância que além de afrontar

a isonomia⁴⁶⁴, apenas reforça a ideia de que a jurisprudência da ofensa reflexa tem por intuito único a contenção da avalanche processual enfrentada pelo Supremo, pois em situações escolhidas a dedo, por critérios pouco transparentes, o Tribunal admite a apreciação de recursos extraordinários fundados na violação de garantias processuais.

Ocorre que a crise institucional pela qual vem passando o Tribunal praticamente desde sua criação não pode servir de base para a adoção de medidas ilegítimas, que paulatinamente reduzem o espectro de importância do controle difuso.

A Constituição lhe assinou uma série de funções das mais diversas espécies, é certo, que o tornam incapaz de fazer frente a todas as demandas que batem às suas portas. Contudo, a Carta também define de maneira bastante clara a modulação de nosso sistema de controle de constitucionalidade, que abrange tanto o controle concreto - que tem sido priorizado pela Corte - quanto o difuso, mantido em todas as Constituições anteriores. O controle de constitucionalidade brasileiro é misto, e híbrida é nossa mais alta Corte. Negar estas realidades é negar os ditames constitucionais.

É de bom alvitre ressaltar que não se está a combater os filtros recursais legítimos, tal como a repercussão geral, que viabiliza a adequação do recurso extraordinário ao que de fato é: excepcional por natureza, dirigido a controlar em hipóteses concretas, de relevância nacional, aos ditames da Constituição Federal. Entretanto, o filtro não pode ser aplicado tão-somente como mecanismo de autocontenção e alívio da crise, e nem mesmo ser colocado a serviço das interpretações tortuosas por vezes adotadas pelo Tribunal.

Em suma, propugnamos pela mudança na perspectiva pela qual o Supremo Tribunal Federal vem encarando as garantias processuais, cujas violações, é imprescindível lembrar, são em geral perpetradas no decurso de casos concretos, tornando o recurso extraordinário o meio hábil por excelência à verificação de seu desrespeito. É necessário reconhecer que possuem um núcleo de significado próprio, cuja definição incumbe ao Pretório Excelso, na

⁴⁶⁴ “Por força do imperativo da isonomia, espera-se que os critérios empregados para a solução de um determinado caso concreto possam ser transformados em regra geral para situações semelhantes. Esse exercício de raciocínio (...) projeta a argumentação desenvolvida para o caso concreto em um conjunto maior de hipóteses, facilitando a visualização de desvios e inconsistências” (BARCELLOS, Ana Paula de; BARROSO, Luís Roberto. *A nova interpretação constitucional: ponderação, argumentação e papel dos princípios*, p. 124).

qualidade de intérprete último da Constituição, e que deverá ser observado pelos tribunais inferiores, diante das funções paradigmática e uniformizadora de que é dotado o recurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOUD, Georges; NERY JR., NELSON. *Recursos para os Tribunais Superiores e a Lei 13.256/2016*. Revista de Processo. São Paulo. v. 41. n. 257. p. 217-235. jul./ 2016.
- ABRAMO, Cláudio Weber. *Tempos de Espera no Supremo Tribunal Federal*. Revista Direito GV. São Paulo. v. 6. n. 2. p. 423-442. jul.-dez./2010.
- ARGUELHES, Diego Werneck; CERDEIRA, Pablo de Camargo; FALCÃO, Joaquim. *I Relatório Supremo em Números: Múltiplo Supremo*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- ALMEIDA, Sidney Silva de. *O Supremo Tribunal Federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris. Curitiba. a. XXV. n. 595. v. 25. n. 6. p. 28. jun./2013.
- AMORIM, Aderbal Torres de. *O recurso extraordinário e a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade*. Revista de Processo. São Paulo. v. 36 n. 191. p. 377-381. jan./ 2011.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- ALVES, José Carlos Moreira. *O Supremo Tribunal Federal em face da nova Constituição: questões e perspectivas*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 41. n. 173. p. 35-47. jul.-set./1988.
- ALVIM, Arruda. *O Recurso Especial na Constituição Federal de 1988 e suas origens*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. Vol. 1.
- ALVIM, Angélica; ALVIM, Eduardo Arruda. *Recurso Especial e prequestionamento*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. Vol. 1.
- ALVIM, Eduardo Arruda. *Recurso Especial e Recurso Extraordinário*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Vol. 5.
- ANDRADE, José Arildo Valadão de. *A nova função do recurso extraordinário*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

_____. *Objetivação do recurso extraordinário na perspectiva dos direitos fundamentais segundo os padrões de uma fundamentação substancialista de justiça constitucional*. Revista de Processo. São Paulo. v. 36. n. 198. p. 51-92. ago. /2011.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2010.

ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ARAÚJO, Luciano Vianna. *A aplicação do direito à espécie pelas Cortes Superiores: uma opção legislativa do Projeto do Novo CPC?* In: CAMARGO, Luiz Henrique Volpe et al. (orgs.). *Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol. III.

ARDITO, Gianvito. *Os riscos da jurisprudência dos Tribunais Superiores: engessamento hermenêutico e efeito ex tunc*. Revista dos Tribunais. São Paulo. a. 103. v. 940. p. 255-278. fev./2014.

ASSIS, Araken. *Manual dos Recursos*. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

AZAMBUJA, Carmen Luiza Dias de. *Controle judicial e difuso de constitucionalidade no direito brasileiro e comparado: efeito erga omnes de seu julgamento*. Porto Alegre: SAFE, 2008.

AZEVEDO, Filadelfo. *A crise do Supremo Tribunal Federal*. Arquivos do Ministério da Justiça e negócios interiores. Brasília. a. 1. n. 1. p. 7-18. jun./1943.

AZZONI, Clara Moreira. *Recurso Especial e Extraordinário: aspectos gerais e efeitos*. São Paulo: Atlas, 2009.

BAHIA, Alexandre Melo Franco et. al. *Novo CPC: fundamentos e sistematização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____; NUNES, Dierle; THEODORO JR., Humberto. *Litigiosidade em massa e repercussão geral no recurso extraordinário*. Revista de Processo. São Paulo. v. 34. n. 177. p. 9-46. nov./2009.

BALEEIRO, Aliomar. *O Supremo Tribunal Federal, êsse outro desconhecido*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____; BARROSO, Luís Roberto. *A nova interpretação constitucional: ponderação, argumentação e papel dos princípios*. In: LEITE, George Salomão(org.). *Dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Temas de Direito Constitucional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Vol. III.

_____; DALLARI, Dalmo; VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *O Supremo Tribunal Federal como Tribunal Constitucional*. In: *Anais do Seminário O Supremo Tribunal Federal na História Republicana*. AJUFE, 2002.

BATISTA, Liliane Maria Busato. *Necessidade de repensar a competência recursal do Supremo Tribunal Federal*. Revista Bonijuris. Curitiba. v. 22. n. 560. p. 5-12. jul./ 2010.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BENETI, Sidnei Agostinho. *Doutrina de precedentes e organização judiciária*. Revista da Escola Paulista da Magistratura. São Paulo. a. 8. n. 1. p. 39-63. jan.-jun./2007.

BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford: University of Oxford Press, 2005.

BINENBOJM, Gustavo. *A nova jurisdição constitucional brasileira: legitimidade democrática e instrumentos de realização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____; MENDES, Gilmar Ferreira. *O controle de constitucionalidade das leis no Brasil: evolução e tendências*. In: *Anais do Seminário O Supremo Tribunal Federal na História Republicana*. AJUFE, 2002.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOCUZZI NETO, Vito Antônio. *Recursos Excepcionais – o prequestionamento e a matéria de ordem pública*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Vol. 11.

BONATO, Giovanni. *O filtro ao recurso de cassação no sistema jurídico italiano*. Revista de Processo. São Paulo. v. 40. n. 249. p. 249-274. nov./2015.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 5.

_____. *De volta ao prequestionamento – duas reflexões sobre o RE 298.695-SP*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Vol. 8.

_____. *O modelo constitucional do direito processual civil*. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (orgs.). *Princípios e temas gerais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Coleção Doutrinas Essenciais: Processo Civil, vol. I.

BUZAID, Alfredo. *Estudos de Direito*. São Paulo: Saraiva, 1972. Vol. I.

CABRAL, Antonio do Passo. *Requisito de relevância no sistema recursal alemão*. In: DANTAS, Bruno; FREIRE, Alexandre; FUX Luiz (coords.). *Repercussão geral da questão constitucional*. Rio de Janeiro: Forense: 2014.

CALAMANDREI, Piero. *La Cassazione Civile*. Milano: Fratelli Bocca, 1920. Vol. II.

_____. *Direito Processual Civil*. Campinas: Bookseller, 1999. Vol. III.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *A fungibilidade de mão dupla entre recursos excepcionais no CPC/2015*. Revista Forense. Rio de Janeiro. v. 421. a. 111. p. 305-320. jan.-jun./2015.

CAMARGO, Margarida Lacombe; RODRIGUES, Lêda Boechat; ROSAS, Roberto. *O Supremo Tribunal Federal: aspectos históricos*. In: *Anais do Seminário O Supremo Tribunal Federal na História Republicana*. AJUFE, 2002.

CAMBI, Eduardo. *Jurisprudência lotérica*. Revista dos Tribunais. São Paulo. v. 90. n. 786. p. 108-128. abr./2001.

CANAN, Ricardo. *Recursos excepcionais – fundamento suficiente, prejudicialidade e questões afins*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Vol. 8.

CANOTILHO, J.J. Gomes et. al. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*. 2ª ed. Porto Alegre: SAFE, 1992.

_____. *Juízes legisladores?* Porto Alegre: SAFE, 1993.

_____; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: SAFE, 1988.

CARDOSO, Oscar Valente. *Eficácia vinculante das decisões do Supremo tribunal Federal no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo. n. 132. p. 88-97. mar./2014.

_____. *Recurso Extraordinário: juízo de admissibilidade*. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo. n. 133. p. 57-70. abr./ 2014

CARNEIRO, Diogo Ciuffo. *Os requisitos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e a sua ilegítima utilização como filtros recursais*. Revista de Processo. São Paulo. v. 33. n. 160. p. 205-232. jun./ 2008.

CARNEIRO, Levi. *Ainda a crise do Supremo Tribunal Federal*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 1. n. 2. p. 1-26. ago./1943.

CARPI, Federico. *L'accesso alla Corte di Cassazione italiana i alle corti supreme dei Paesi Europei*. Revista de Processo. São Paulo. v. 37. n. 204. p. 195-207. fev./2012.

CASTRO, Marcello et. al. *Tutela de urgência para obtenção de efeito suspensivo ao julgado impugnado por recurso extraordinário*. In: DANTAS, Bruno et al. (orgs.). *Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol. II.

CAVALCANTE, Mantovanni Colares. *Recursos Especial e Extraordinário*. São Paulo: Dialética, 2003.

COCCIA, Alessandro. *Storia e struttura dela Corte di Cassazione*. In: LEVITA, Luigi (coord.). *Il ricorso per cassazione: la nuova disciplina del giudizio di legittimità*. Matelica: Nuova Guiridica, 2014.

CONCENTINO, Luciana de Castro. *A nova sistemática do recurso extraordinário*. Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil. São Paulo. v. 11 n. 61. p. 114-130. set.- out./ 2009.

CORRÊA, Oscar Dias. *O 160º aniversário do STF e o novo texto constitucional*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 41. n. 173. p. 67-88. jul.-set./1988.

_____. *A crise da Constituição, a Constituinte e o Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *A "objetivação" no processo civil: as características do processo objetivo no procedimento recursal*. Revista de Processo. São Paulo. v. 34 n. 178. p. 220-226. dez./2009.

_____. *O cabimento do recurso extraordinário pela alínea "a" do art. 102, III, da Constituição Federal e a "causa de pedir aberta"*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Vol. 11.

_____. *O futuro da recorribilidade extraordinária e o Novo Código de Processo Civil*. In: CAMARGO, Luiz Henrique Volpe et al. (orgs.). *Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol. III.

COUTURE, Eduardo J. *Interpretação das leis processuais*. São Paulo: Max Limonad, 1956.

CRETELLA NETO, José. *Fundamentos principiológicos do processo civil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CUNHA, Guilherme Cardoso Antunes da. *O esvaziamento do controle difuso de constitucionalidade e o enfraquecimento da democracia: as influências das recentes reformas constitucionais e processuais e do positivismo jurídico*. Revista da AJURIS. Porto Alegre. a. XXXIX. n. 125. p. 99-118. mar./2012.

CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 13ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016. Vol. 3.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. *Princípios Constitucionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *O recurso extraordinário, a repercussão geral e a mula de Tales*. In: Cadernos de Soluções Constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2003, vol. 3.

DANTAS, Bruno; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a nova função dos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Repercussão Geral*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Repercussão Geral: algumas lições da Corte Suprema Argentina ao Supremo Tribunal Federal Brasileiro*. In: ABREU, Pedro Manoel; LAMY, Eduardo; OLIVEIRA,

Pedro Miranda de. *Processo Civil em movimento: diretrizes para o Novo CPC*. Florianópolis: Grupo Conceito, 2013.

_____. et. al. (coords.). *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DANTAS, Ivo. *Teoria do Processo Constitucional – uma breve visão pessoal*. In: LARREA, Arturo Zaldívar Lelo de; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. *Estudos de Direito Processual Constitucional: homenagem brasileira a Héctor Fix-Zamudio*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. *Direito Processual constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DECOMAIN, Pedro Roberto. *A função constitucional do recurso extraordinário*. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo. n. 121. p. 133-142. abr. /2013.

DELLORE, Luiz; SILVEIRA, Jailton Zanon da. *Da repercussão geral e de seus reflexos em relação aos litigantes: o exemplo da Caixa Econômica Federal*. In: DANTAS, Bruno; FREIRE, Alexandre; FUX Luiz (coords.). *Repercussão geral da questão constitucional*. Rio de Janeiro: Forense: 2014.

_____. et. al. *A jurisprudência defensiva ainda pulsa no Novo CPC*. In: Consultor Jurídico. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-set-06/jurisprudencia-defensiva-ainda-pulsa-codigo-processo-civil>>. Acesso em 08 de novembro de 2015.

DEZORZI, Diego; SCHWARTZ, Germano. *A história da Corte Suprema no Brasil: da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal Federal*. Revista da AJURIS. Porto Alegre. a. XXXV. n. 112. p. 101-116. dez./2008.

_____. *Previsão constitucional e pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário*. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo. n. 122. p. 126-143. abr. /2013.

DIAS, Jean Carlos. *A inaplicabilidade da tese da ofensa indireta aos casos de violação ao direito fundamental ao devido processo legal*. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo. n. 48. p. 35-40. mar./2007.

DIDIER JR., Fredie; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JR., Luiz Manoel (orgs.) *Constituição e processo*. Salvador: Jvspodium, 2007.

_____. *Transformações do Recurso Extraordinário*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. 10.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil moderno*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Vol. I.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009. Vol. I.

_____. *Nova era do Processo Civil*. 4ªed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *Os efeitos dos recursos*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Vol. 5.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Uma questão de princípio*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. *Conceito de princípios constitucionais*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. *Princípios constitucionais e atividade jurídico-administrativa: anotações em torno de questões contemporâneas*. In: LEITE, George Salomão(org.). *Dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003.

FAGUNDES, Miguel Seabra. *A organização e o funcionamento do Poder Judiciário*. Revista Forense. Rio de Janeiro. v. 155. a. 51. p. 97-115. set.-out./1954.

FALCÃO, Djaci. *O Poder Judiciário e nova Carta Constitucional*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 41. n. 173. p. 7-13. jul.-set./1988.

FARIA, Márcio Carvalho. *O Novo Código de Processo Civil vs. a jurisprudência defensiva*. In: CAMARGO, Luiz Henrique Volpe et al. (orgs.). *Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol. III.

_____. *A jurisprudência defensiva dos tribunais superiores e a ratificação necessária (?) de alguns recursos excepcionais*. Revista de Processo. São Paulo. v. 34. n. 167. p. 250-269. jan./ 2009.

FARINA, Fernanda Mercier Querido. *Jurisprudência defensiva e a função dos tribunais superiores*. Revista de Processo. São Paulo. v. 37. n. 209. p. 105-144. jul./ 2012

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

FILARDI, Hugo. *Conceito de ofensa direta à constituição para fins de cabimento de recurso extraordinário: normas constitucionais abertas de direito processual, inafastabilidade da*

tutela jurisdicional e motivação das decisões judiciais. Revista de Processo. São Paulo. v. 33. n. 155. p. 267-281. jan./2008.

FIX –ZAMUDIO, Héctor. *Breves reflexiones sobre la naturaleza, estructura y funciones de los organismos jurisdiccionales especializados en la resolución de procesos constitucionales*. In: GÓMEZ, Juan Veja; SOSA, Edgar Corzo (coord.). *Tribunales y justicia constitucional: memoria del VII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional*. México D.F.: Editora UNAM, 2002.

FONSECA, João Francisco Naves da. *A profundidade do efeitos devolutivo nos recursos extraordinário e especial: o que significa a expressão “julgará o processo, aplicando o direito” (CPC/2015, art. 1.034)?*. Revista do Advogado - AASP. São Paulo. a. XXXV. n. 126. p. 124-130. mai./2015.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. *O papel do Supremo Tribunal Federal e a repercussão no Recurso Extraordinário*. In: JOBIM, Eduardo; MARTINS, Ives Gandra da Silva (coords.). *O Processo na Constituição*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

FRANÇOLIM, Wanessa de Castro. *O juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário exercido pelo tribunal local*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. 9.

GAIO JR., Antônio Pereira. *A repercussão geral e a multiplicidade dos recursos repetitivos no STF e STJ*. In: NOVELINO, Marcelo. *Leituras Complementares de Constitucional: controle de constitucionalidade*. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2010.

GALLI, Marcelo. *Jurisprudência defensiva é "injustiça no varejo para justiça no atacado", diz ministro*. In: Consultor Jurídico. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-ago-23/jurisprudencia-defensiva-injustica-varejo-ministro>>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

GARLICKI, Lech. *Constitutional Courts vs. Supreme Courts*. International Journal of Constitutional Law. Oxford. v. 5. n. 1. p. 44-68. 2007.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

GREENE, Jamal. *The Supreme Court as a Constitutional Court: Noel Canning and judicial design*. Harvard Law Review. Cambridge. v. 128. n. 1. p. 124-139. nov./2014.

GRECO, Leonardo. *Publicismo e Privatismo no Processo Civil*. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (orgs.). *Princípios e temas gerais do processo*

civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Coleção Doutrinas Essenciais: Processo Civil, vol. I.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. *Princípios processuais e princípios de Direito Administrativo no quadro das garantias constitucionais*. In: LARREA, Arturo Zaldívar Lelo de; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. *Estudos de Direito Processual Constitucional: homenagem brasileira a Héctor Fix-Zamudio*. São Paulo: Malheiros, 2009.

GUEIROS, Nehemias. *A crise do Supremo Tribunal Federal*. In: 2ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

HESSE, Conrad. *A força normativa da Constituição*. Porto Alegre: SAFE, 1991.

HIRSCH, Fábio Perianandro de Almeida. *Recurso Extraordinário e ofensa reflexa à Constituição*. Salvador: Juspodivm, 2009.

HORBACH, Carlos Bastide. *É preciso definir a função do Supremo Tribunal Federal*. In: Consultor Jurídico. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-22/observatorio-constitucional-preciso-definir-funcao-supremo-tribunal-federal>>. Acesso em 1º de julho de 2016.

JOBIM, Marco Félix. *Medidas estruturantes: da Suprema Corte Estadunidense ao Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

JORGE, Flávio Cheim. *Teoria Geral dos Recursos Cíveis*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

KELSEN, Hans. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Teoria Pura do Direito*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Teoria geral do direito e do Estado*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KERSTEN, Ignacio Mendez. *Abstrativização do recurso extraordinário: uma nova perspectiva*. Revista Jurídica Consulex. Brasília. v. 15 n. 355. p. 20-21. nov./2011.

LABOULAYE, Édouard et al. *O poder Judiciário e a Constituição*. Porto Alegre: AGE, 1977.

LAMY Eduardo. *Explicitando a repercussão geral para a admissão do Recurso Extraordinário*. In: ABREU, Pedro Manoel; LAMY, Eduardo; OLIVEIRA, Pedro Miranda de. *Processo Civil em movimento: diretrizes para o Novo CPC*. Florianópolis: Grupo Conceito, 2013.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. *Da expressa proibição à decisão-surpresa no Novo CPC*. Revista do Advogado - AASP. São Paulo. a. XXXV. n. 126. p. 162-168. mai./2015.

LAZZARI, João Batista. *Obstáculos e soluções para tornar o sistema de justiça brasileiro mais acessível, ágil e efetivo e a morosidade do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos leading cases de repercussão geral*. Revista Forense. Rio de Janeiro. v. 417. a. 109. p. 97-115. jan.- jun./2013.

LENZ, Carlos Eduardo Thompson Flores. *Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil*. Revista do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Porto Alegre. a. 25. n. 85. p. 95-142. 2014.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Garantismo e direito processual constitucional*. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre (coords.). *Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. *Recurso Extraordinário e controle objetivo de constitucionalidade na Justiça Estadual*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Vol. 11.

LESSA, Pedro. *Do poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. *Fundamentos constitucionais do processo*. São Paulo: Malheiros, 2002.

MACIEL, Adhemar Ferreira. *Restrição à admissibilidade de recursos na Suprema Corte dos Estados Unidos e no Supremo Tribunal Federal do Brasil*. Revista de Informação Legislativa. Brasília. a. 43, n. 170. p. 7-15. jun./2006.

MAGALHÃES, Bruno Baía; SILVA, Sandoval Alves. *Quem vê ementa, não vê precedente: ementismo e precedentes judiciais no projeto do CPC*. In: FREIRE, Alexandre et. al. *Novas Tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol II.

MADOZ, Wagner Amorim. *Recurso Extraordinário pela alínea a*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. 9.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; JOBIM, Eduardo (Coord.). *O processo na Constituição*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MAYER, Rafael. *Do Supremo Tribunal de Justiça ao Supremo Tribunal Federal*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 41. n. 173. p. 3-23. jul.-set./1988.

MEDINA, José Miguel de Garcia. *Prequestionamento e repercussão geral: e outras questões relativas aos recursos Extraordinário e Especial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Direito Processual Constitucional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MENDES, Aluisio; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. *Reflexos do writ of certiorari no cenário do common law e na repercussão geral*. In: DANTAS, Bruno; FREIRE, Alexandre; FUX Luiz (coords.). *Repercussão geral da questão constitucional*. Rio de Janeiro: Forense: 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle de constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos*. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MENEGAT, Fernando. *O STJ e o controle difuso de constitucionalidade: da guerra ao diálogo entre as Cortes Supremas*. In: MARINONI, Luiz Guilherme; MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Direito Jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. Vol. II.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. *Teses, estudos e pareceres de processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2008. Tomo IV.
- MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1975. Tomos VI e VIII.
- MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MOCCI, Mauro. *Filtro in apelo: como applicare la riforma*. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2013.
- MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. *Direito Constitucional*. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais: garantia suprema da Constituição*. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Vol. V.
- _____. *A constitucionalização do processo no direito brasileiro*. In: LARREA, Arturo Zaldívar Lelo de; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. *Estudos de Direito Processual Constitucional: homenagem brasileira a Héctor Fix-Zamudio*. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. *O novo processo civil brasileiro*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- _____. *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Saraiva, 2007. Nona série.
- MUNIZ, Tânia Lobo; PAULA, Lucas Franco de. *Sobre a aplicação da teoria da transcendência dos motivos determinantes das sentenças proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no controle difuso*. Revista Jurídica. Brasília. a. 60. n. 415, p. 59-79. mai./2012.
- NAGIB, Miguel. *A técnica de julgamento do Recurso Extraordinário, essa desconhecida*. In: FUCK, Luciano Felício; HORBACH, Beatriz Bastide. *O Supremo por seus assessores*. São Paulo: Almedina, 2014.
- NEGRÃO, Theotônio. *Uma nova estrutura para o Judiciário*. Revista dos Tribunais. São Paulo. a. 78. v. 639. p. 242-247. jan./1989.
- NERE JR., Nelson. *Codificação ou não do processo coletivo?!*. De Jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. n. 7. p. 147-156. jul./dez. 2006.
- _____. *Princípios do Processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Teoria Geral dos Recursos*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NETTO, Guilherme Magaldi. *O Supremo em crise*. In: Jota: notícias jurídicas. Disponível em <<http://jota.uol.com.br/o-supremo-em-crise>>. Acesso em 12 de julho de 2016.

NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Entre hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil: proposta de um formalismo-valorativo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *O Processo Civil na perspectiva dos direitos fundamentais*. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (orgs.). *Princípios e temas gerais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Coleção Doutrinas Essenciais: Processo Civil, vol. 1.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. *Recurso Extraordinário e o requisito da repercussão geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. *Embargos declaratórios: efeito integrativo (prequestionamento virtual)*. In: CAMARGO, Luiz Henrique Volpe et al. (orgs.). *Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol. III.

OMMATI, José Emílio Medauar. *Ofensa reflexa à Constituição: ofensa direta à Constituição*. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. 10.

OTEIZA, Eduardo. *A função das Cortes Supremas na América Latina*. Revista de Processo. São Paulo. v. 35. n. 187. p. 182-230. set./2010.

PALERMO, Fernanda Kellner de Oliveira. *Instrumentos processuais de garantia no direito dos Estados Unidos da América*. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo. a. 14. n. 54. p. 343-361. jan.-mar./2006.

PASSOS, J.J. Calmon de. *Da arguição de relevância no recurso extraordinário*. Revista Forense. Rio de Janeiro. a. 73. v. 259. p. 11-22. jul.-set./1977.

PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvosso Gomes. *Efeitos processuais no controle judicial de constitucionalidade*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

PINTO, José Guilherme Berman C. *O writ of certiorari*. Revista Jurídica da Presidência. Brasília. v. 9. n. 86. p. 87-103. ago.-set./2007.

PINTO, Vallentina Mello Ferreira. *A comparison between the writ of certiorari in the United States and the extraordinary appeal's general repercussion requisite in Brazil*. Revista de Processo. São Paulo. v. 35. n. 187. p. 113-140. set./2010.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PROBST, Paulo Vitor da Silva. *A objetivação do recurso extraordinário*. Revista de Processo. São Paulo. v. 36. n. 197. p. 67-105. jul./2011.

RAMOS, Elival da Silva. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. *Quem deve ser o guardião da Constituição? Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

RODRIGUES, Fernando Anselmo. *Requisitos de Admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais do recurso especial e do recurso extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

RODRIGUES, Leda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Vols. 1, 2 e 3.

ROQUE, André Vasconcelos. *Da “objetivação do recurso extraordinário” à valoração da jurisprudência: common law à brasileira?*. In: FUX, Luiz (coord). *Processo Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SABINO, Marco Antônio da Costa. *Restrições ilegítimas à admissibilidade de recursos extremos. O princípio da não surpresa processual*. Revista Dialética de Direito Processual. n. 103. p. 88-109. Out./ 2011

SANCHES, Sydney. *O Supremo Tribunal Federal na nova Constituição*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 41. n. 173. p. 89-97. jul.-set./1988.

SANTANA, Alexandre Ávalo. *Os princípios do Novo CPC e a tutela eficiente em tempo razoável*. In: DANTAS, Bruno et al. (orgs.). *Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2014. Vol. II.

SANTOS, Fábio José Moreira dos. *A ofensa direta e frontal à Constituição Federal como pressuposto de cabimento do recurso extraordinário segundo a jurisprudência do STF*. In:

- NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Vol. 6.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de Direito Processual Civil*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1979. Vol. 3.
- SANTOS, Roberto A. O. *A crise do Supremo Tribunal Federal: uma proposta*. Revista de Direito Público. São Paulo. a. XX. n. 82. p. 115-126. abr.-jun./1987.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Curso de Direito Constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- _____. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- _____. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 12ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- SCHMITT, Carl. *O guardião da Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- SILVA, Evandro Lins e. *O Supremo Tribunal Federal ontem e hoje*. In: *Anais do Seminário O Supremo Tribunal Federal na História Republicana*. AJUFE, 2002.
- SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- _____. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- _____. *Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.
- SILVA, Luís Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- _____. *Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção*. Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais. Belo Horizonte. n. 1. p. 607-630. jan.-jun./2003.
- SILVA NETO, Francisco de Barros e. *Paradoxos do recurso extraordinário como ferramenta do direito processual constitucional*. Revista de Processo. São Paulo. v. 36. n. 201. p. 45-58. nov./2011.
- SILVEIRA, José Néri da. *A dimensão política do Judiciário e a nova Constituição*. Arquivos do Ministério da Justiça. Brasília. a. 41. n. 173. p. 49-66. jul.-set./1988.

SOUZA, Artur César. *Novo CPC pode estrangular recurso extraordinário e o recurso especial*. In: Consultor Jurídico. Disponível em < <http://www.conjur.com.br/2015-mar-23/artur-souza-cpc-estrangular-recurso-extraordinario>>. Acesso em 26 de junho de 2015.

STRECK, Lênio Luiz. *Jurisdição Constitucional e decisão jurídica*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: uma nova crítica do direito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARUFFO, Michele. *Il vertice ambiguo: saggi sulla cassazione civile*. Bologna: Il Mulino, 1991.

_____. *Le funzioni delle corti supreme tra uniformità e giustizia*. Revista Eletrônica de Direito Processual. Rio de Janeiro. vol. 14. n. 1. p. 438-449. jul.-dez./2014.

_____. *Observações sobre os modelos processuais de civil law e de common law*. São Paulo. Revista de Processo. vol. 28. n. 110. p. 141-158. abr.-jun./2003.

TAVARES, André Ramos. *Teoria da Justiça constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____ et al. *Cadernos de soluções constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2008. Vol. 3.

_____. *Tribunal e jurisdição constitucional*. São Paulo: Celso Bastos, 1998.

TEDESCO, Paulo Camargo. *Jurisprudência defensiva de segunda geração*. Revista de Processo. São Paulo. v. 35. n. 182. p. 259-290. abr./2010.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992. Vol. 1.

TORRES, Artur Luis Pereira. *Constituição, Processo e Contemporaneidade: o modelo constitucional do processo brasileiro*. Revista Eletrônica Temas Atuais do Processo Civil. v. 1. n. 2. p. 44-81. ago./2011.

VAUGHN, Gustavo Fávero. *A jurisprudência defensiva no STJ à luz dos princípios do acesso à justiça e da celeridade processual*. Revista de Processo. São Paulo. v. 41. n. 253. p. 339-373. abr./2016.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Supremocracia*. Revista Direito GV. São Paulo. v. 4. n. 2, p. 441-464. jul.-dez./2008.

WALD, Arnoldo. *O novo Supremo Tribunal Federal*. Revista dos Tribunais. São Paulo. a. 99. v. 901. p. 85-102. nov./2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Repercussão Geral: como transformá-la num instituto adequado à magnitude da missão de uma Corte Superior?* In: DANTAS, Bruno; FREIRE, Alexandre; FUX Luiz (coords.). *Repercussão geral da questão constitucional*. Rio de Janeiro: Forense: 2014.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: civil law e common law*. Revista de Processo. São Paulo. v. 34. n. 172. p. 121-174. jun./2009. _____ . *Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Restrições indevidas ao direito de recorrer*. Revista de Processo. São Paulo. v. 30. n. 130. p. 249-251. dez./2005.

YABLON, Robert M. *Justice Sotomayor and the Supreme Court's Certiorari Process*. Yale Law Journal. New Haven. v. 123. p. 551-564. mar./2014.

ZANETTI JR., Hermes. *Brasil: um país de "common law"? As tradições jurídicas de "common law" e "civil law" e a experiência da Constituição brasileira como constitucionalismo híbrido*. In: DIDIER JR., Fredie; GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. *Pontes de Miranda e o Direito Processual*. Salvador: Juspodivm, 2013.